

Sexo e poder: uma reflexão histórica* 4

Paulo César Ribeiro Martins**
Maira Meneguzzi Soldatelli***

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão histórica sobre os caminhos que a sexualidade percorreu, desde as épocas em que fazer sexo e falar sobre ele não requeria muitas restrições, passando pela ascensão da burguesia, quando tornou-se notória uma mudança nos discursos sobre sexualidade. Época esta em que a Igreja e o Estado, através dos mecanismos do poder, tentaram controlar as vivências sexuais com o auxílio da ciência. No início do século XX ocorre uma nova revolução no pensamento da psicologia. É reconhecida a sexualidade das crianças e os conceitos sobre sexo tomam novos rumos. No entanto, sexo e poder nunca se anularam, seguem entrelaçados e parece que sempre andarão juntos.

* Trabalho realizado na Universidade de Passo Fundo - RS.

** Mestre em Psicologia Clínica pela PUCAMP.

*** Psicóloga pela Universidade de Passo Fundo.

Recebido em 16.09.97

Aprovado em 30.09.97

“Prazer e poder não se anulam, não se voltam um contra o outro, seguem-se, entrelaçam-se e se relançam. Encadeiam-se através de mecanismos complexos e positivos, de excitação e incitação.”

Michel Foucault (*A história da sexualidade*, 1985)

A partir do fim do século XVI a colocação do sexo em discurso, em vez de sofrer um processo de restrição, foi submetida a um mecanismo de crescente incitação. As técnicas de poder exercidas sobre o sexo não obedeciam a um princípio de seleção rigorosa, irias, ao contrário, de disseminação e implantação das sexualidades polimorfas. A vontade de saber não se deteve diante dos tabus, mas relutou, através de muitos erros, em constituir uma ciência da sexualidade.

No início do século XVII ainda vigorava certa franqueza, as práticas não procuravam o segredo, as palavras eram ditas sem reticência excessiva e sem muito disfarce. Gestos diretos, discursos sem vergonha, anatomias mostradas, transgressões visíveis e facilmente misturadas, crianças astutas vagando, sem incômodo nem escândalo.

A partir do século XVII, na burguesia, a sexualidade foi encerrada, mudou-se para dentro de casa e absorveu-se inteiramente na seriedade da função de reproduzir. A repressão sexual se aguça após centenas de anos de arejamento e de expressão livre, isso coincide com o desenvolvimento do capitalismo. O sexo passou a ser reprimido com muito rigor, por ser incompatível na época com uma colocação de trabalho.

O século XVII seria o início de uma época de repressão própria das sociedades burguesas. Sexo seria, a partir desse momento, mais difícil e custoso. O pudor moderno investia para que não se falasse dele, exclusivamente, por intermédio de proibições que se completavam mutuamente, mutismos que, de tanto calar-se, se impunham o silêncio. Censura.

As sexualidades ilegítimas que fossem incomodar noutro lugar, não nos circuitos da produção, pelo menos não nos do lucro. Os *rendez-vous* e as casas de saúde eram tais lugares de tolerância.

O sexo, segundo a nova pastoral, não devia mais ser mencionado sem prudência; mas seus aspectos, suas correlações, seus efeitos deviam ser seguidos até as mais finas ramificações. Tudo devia ser dito em confissão, que era uma maneira de controle da época.

Desapareceu a antiga “liberdade” de linguagem entre crianças e adultos, alunos e professores. Nos colégios do século XVIII, visto globalmente, tem-se a impressão de que praticamente não falavam sobre sexo. O sexo do colegial passou a ser um problema público. Toda uma literatura

de preconceitos, pareceres, observações, advertências médicas, casos clínicos, esquemas de reforma e planos de instituições ideais proliferou em torno do colegial e seu sexo.

Paradoxalmente o fenômeno da repressão foi quase inverso. Os discursos sobre sexo não cessaram de proliferar. Houve uma aceleração discursiva a partir do século XVIII. O cerceamento das regras de decência provocou, provavelmente, contra efeito, uma valorização e uma intensificação do discurso “indecente”.

Por volta do século XVIII nasce uma incitação política, econômica e técnica, para falar de sexo, e não tanto sob a forma de uma teoria geral da sexualidade, mas sob forma de análise, de contabilidade, de classificação e de especificação, através de pesquisas quantitativas ou causais. Neste século, sexo é questão de polícia, não como repressão da desordem, mas de polícia, pela necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição. A idéia era inserir o sexo em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos.

Pela primeira vez uma sociedade afirma que seu futuro e sua fortuna estão ligados não somente ao número e à virtude dos cidadãos, às regras do casamento, à organização familiar, mas à maneira como cada qual usa seu sexo. Entre o Estado e o indivíduo ocorreu toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções, tornando o sexo objeto de disputa.

Os primeiros psiquiatras do século XIX, quando tinham que falar sobre sexo, acreditavam que deviam pedir desculpas por reter a atenção de seus leitores para assuntos tão baixos. E por muitos anos só se falava de sexo fazendo pose.

A idéia da repressão do sexo nunca foi tão dominada com tanto rigor como na época da hipócrita burguesia negociista e contabilizadora, e é acompanhada pela ênfase de um discurso a dizer a verdade sobre o sexo. Dizer que entre o sexo e o poder a relação não é de repressão, corre o risco de ser apenas um paradoxo estéril.

Aproximadamente na metade do século XIX se abriu a jurisdição miúda dos pequenos atentados, dos ultrajes de pouca monta, das perversões sem importância. Enfim, todos esses controles sociais que se desenvolveram no final do século XIX e filtraram a sexualidade dos casais, dos pais e dos filhos, dos adolescentes perigosos e em perigo - tratando de proteger, separar e prevenir, assinalando perigos em toda parte, despertando as atenções, solicitando diagnósticos, acumulando relatórios, organizando terapêuticas. Em torno do sexo irradiaram-se os discursos, intensificando a

consciência de um perigo incessante que constitui, por sua vez, incitação a se falar dele.

A colocação do sexo em discurso provavelmente estaria ordenada no sentido de afastar da realidade as formas de sexualidades insubmissas à economia estrita da reprodução. Através de tais discursos multiplicam-se as condenações jurídicas das perversões menores. Anexou-se também a irregularidade sexual à doença mental. Da infância à velhice foi definida uma norma do desenvolvimento sexual e cuidadosamente caracterizados todos os desvios possíveis.

Nesse contexto, crianças demasiadamente espertas, meninas precoces, colegas ambíguos, serviços e educadores duvidosos, maridos cruéis ou maníacos, colecionadores solitários povoam os conselhos de disciplina, as casas de correção, as colônias penitenciárias, os tribunais e asilos. Estes no decorrer do século carregaram o estigma da “loucura moral”, da “neurose genital”, da “aberração do sentido genésico”, da “degenerescência” ou do “desequilíbrio psíquico” (sexualidades periféricas).

Essa nova caça às sexualidades periféricas provoca a incorporação das perversões e nova especificação dos indivíduos. O homossexual do século XIX tornou-se um personagem, um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida. A categoria psicológica, psiquiátrica e médica da homossexualidade constitui-se, no dia em que foi caracterizada, menos como um tipo de relação sexual do que como uma certa qualidade da sensibilidade sexual, uma certa maneira de intervir, em si mesmo, o masculino e o feminino. O famoso artigo de Westphal em 1870, sobre as “Sensações sexuais contrárias”, pode servir de data natalícia.

Os psiquiatras do século XIX classificaram a sexualidade com estranhos nomes de batismo como: os exibicionistas de Lasègue, os fetichistas de Binet, os zoófilos de Rohleder, os mixoscopófilos, os ginecomastos, os presbiófilos, os invertidos sexo estéticos e as mulheres dispareunicas.

A implantação das perversões serviu como um instrumento do poder. Através do isolamento, da intensificação e da consolidação das sexualidades periféricas as relações do poder com o sexo e o prazer se ramificaram e se multiplicaram. Essa relação de sexo e poder, a partir do século XIX, é garantida pelos lucros econômicos que, por intermédio da medicina, psiquiatria, prostituição e da pornografia, vinculavam ao mesmo tempo a questão do prazer e do poder.

Pelo menos até Freud, o discurso sobre o sexo (o dos cientistas e dos teóricos) não teria feito mais do que ocultar continuamente o que dele se falava. Poder-se-iam considerar todas as coisas ditas, precauções meticulosas e análises detalhadas como procedimentos destinados a esquivar a verdade insuportável e excessivamente perigosa sobre o sexo. E o simples fato de se ter pretendido falar dele do ponto de vista purificado e neutro da ciência já é em si mesmo significativo. De fato, era uma ciência feita de esquivas já que, na incapacidade ou recusa em falar do próprio sexo, se referia sobretudo às suas aberrações, perversões, extravagâncias excepcionais, anulações patológicas e exasperações mórbidas. Era também uma ciência essencialmente subordinada de uma moral, sob a forma de normas médicas. Vinculou-se, com isso, uma prática médica insistente e indiscreta, volúvel no proclamar suas repugnâncias, pronta a comer em socorro da lei e da opinião dominante.

O sexo, ao longo de todo o século XIX, parece inscrever-se em dois registros de saber bem distintos: uma Biologic da reprodução, desenvolvida continuamente segundo uma normatividade científica geral; e uma Medicina do sexo, obediente a regras de origens inteiramente diversas. É inegável que o discurso científico sobre o sexo, no século XIX, era transpassado de credulidades imemorráveis e ofuscações sistemáticas.

A história da sexualidade, se quisermos centrá-la nos mecanismos de repressão, supõe duas rupturas. Uma no decorrer do século XVII: nascimento das grandes proibições, valorização exclusiva da sexualidade adulta e matrimonial, imperativos de decência, esquivas obrigatórias do corpo, contenção e pudores imperativos da linguagem. A outra, no século XX, caracterizada como o momento em que os mecanismos da repressão teriam começado a afrouxar. Passando das interdições sexuais imperiosas a uma relativa tolerância a propósito das relações pré-nupciais ou extramatrimoniais. A desqualificação dos perversos teria sido atenuada e sua condenação pela lei eliminada em parte. Foram eliminados em grande parte os tabus que pesavam sobre a sexualidade das crianças, que a época clássica submeteu a uma ocultação da qual se libertou com os “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” e com as benéficas angústias do pequeno Hans.

Freud e a psicanálise organizam um dispositivo geral da sexualidade, que estava preparado há muito tempo. Freud não restituiu à sexualidade a parte que lhe era devida e que fora contestada por tanto tempo através de uma reversão súbita. Mas o gênio Freud colocou o sexo em um dos pontos decisivos, marcados desde o século XVIII pelas estratégias de saber e poder. Freud relançou com admirável eficácia a questão secular de conhecer o sexo e colocá-lo em discussão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CHAUI, M. S. (1984). *Repressão sexual, essa nossa (des)conhecida*. São Paulo. 12ª ed. Brasiliense.
2. FOUCAULT, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro. Graal.
3. FOUCAULT, M. (1985). *História da sexualidade! a vontade de saber*. Rio de Janeiro. 7ª ed.
4. FREUD, S. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro. Imago. Vol. VII, 1972.
5. FOUQUÉ, C. (1958). *Homossexualismo*. Rio de Janeiro. 2ª ed. Civilização Brasileira.
6. USSEL, Jos Van (1980). *Repressão sexual*. Rio de Janeiro. Campus.